

# Tarefas do Congresso

76

O Presidente em exercício do Senado Federal, Senador Passos Porto, ao tomar ontem o compromisso de posse dos novos Senadores, fez uma profissão de fé no Congresso Nacional ao dizer que, após mais de noventa anos de República, "cumpre-lhe fazer a reflexão crítica e consolidar em caráter definitivo não só os mecanismos mas também a substância da democracia".

Com efeito, haveria muito pouco o que inventar em matéria de forma de governo e de mecanismos democráticos do Estado, inclusive do Poder Legislativo. Embora toda a sociedade seja passível de reforma e de aperfeiçoamento contínuos, inexiste uma fórmula ideal de democracia e qualquer regime digno desse nome precisa possuir aquelas características universalmente de liberdade, de garantia de direitos individuais e sociais e de legislação social e econômica que protegem o indivíduo, a família, as classes sociais e a nação como um todo.

O Congresso Nacional ontem empossado tem legítimas prerrogativas a serem readquiridas no quadro da democratização do regime, que é o compromisso maior do Presidente da República para com os brasileiros. E se não deve abrir mão dessas franquias constitucionais inerentes à sua dignidade, tem o Congresso, além disso, muito o que oferecer para atingir o que o Senador Passos Porto classificou de "construção social do cidadão, fazê-lo o centro gerador da sociedade justa e livre que todas as gerações sonharam".

Sendo razoavelmente expressivo da sociedade brasileira em seus diversos segmentos e regiões, o novo Congresso tem legitimidade e mandato para cumprir a sua parte tocante à elevação da participação política do cidadão e, ao mesmo tempo, às suas melhores condições de vida, juntamente com o aperfeiçoamento das relações sociais.

O Brasil é um país dinâmico, de população sempre renovada, de migração interna intensa, que faz circular idéias, riquezas e trabalho por uma nação já de per si muito extensa e variada. O Congresso, renovado em mais da metade de

seus quadros, tem inalienável parcela de responsabilidade a cumprir na transformação social do país.

Os numerosos empresários que integram as duas Casas do Parlamento podem trazer muito de sua contribuição progressista, de sua visão regional e nacional dos problemas e de sua experiência de vida, tanto na produção econômica quanto no relacionamento social. Os trabalhadores, profissionais liberais de várias atividades, intelectuais, homens e mulheres de variadas formações culturais, todos ungidos pelo mandato popular fazem da 47ª Legislatura ontem inaugurada um Parlamento realmente pluralista, que os seus cinco Partidos bem exprimem.

O Congresso que ontem se empossou tem o crédito de confiança da nação para levar adiante o seu trabalho específico de uma Casa Legislativa, simultaneamente com o de uma Casa política. São numerosas as imperfeições sócio-econômicas nacionais a exigirem a atenta participação dos novos parlamentares para o encontro de soluções adequadas. São também muito grandes as questões políticas a serem equacionadas dentro do propósito de aperfeiçoamento da democracia brasileira, tarefa a que se propôs o Presidente João Figueiredo e para a qual o Congresso tem papel insubstituível a desempenhar.

Como acentuou ontem o Presidente interino do Senado Federal, o Congresso precisa consolidar, em caráter definitivo, mecanismos e substância da democracia. Mas que sejam mecanismos adequados à realidade brasileira, capazes de garantir os valores universais do regime democrático, e confundidas com as aspirações mais caras e urgentes do povo brasileiro. Uma democracia liberal é social, que reflete a experiência de um século e meio de nação independente e assegure, dentro de suas possibilidades, os instrumentos naturais para a evolução futura, sem traumas e sem rupturas, numa linha de continuidade estável e sempre sujeita a ser renovada e rejuvenescida a quatro anos de eleição popular.